

## ATIVIDADE TURÍSTICA EM NATAL E TIBAU DO SUL: ANÁLISE A PARTIR DE MEDIDAS DE ESPECIALIZAÇÃO PARA O PERÍODO 2001 – 2016

### TOURISM ACTIVITY IN NATAL AND TIBAU DO SUL: ANALYSIS FROM SPECIALIZATION MEASURES IN THE PERIOD 2001-2016

Robson Ivan da Silva<sup>1</sup>  
Márcia Maria de Oliveira Bezerra<sup>2</sup>  
Marconi Gomes da Silva<sup>3</sup>  
Joelson Oliveira Santos<sup>4</sup>

#### RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar as trajetórias de expansão do setor turístico no Rio Grande do Norte, estado situado na Região Nordeste do Brasil, considerando seus dois destinos mais importantes: Natal, capital estadual e Tibau do Sul, onde está localizada a praia de Pipa. O estudo comparativo da dinâmica dos empregos turísticos nesses dois municípios no período 2001- 2016 oferece indicações a respeito do peso do turismo na determinação do emprego ao longo do tempo nos mesmos. A hipótese que sustenta este trabalho é que enquanto a atividade turística em Natal experimentou perda de importância relativa, a inserção alcançada por Pipa nos mercados internacional e nacional tornou-a um produto turístico singular, determinando uma trajetória de crescimento mais intensivo dos negócios ligados ao setor e promovendo a concentração do emprego nesta localidade. Os resultados obtidos a partir do Quociente locacional (QL), do índice Hirschman- Herfindahl (IHH) e do índice de Participação Relativa (PR) permitem aumentar o grau de confiança na hipótese formulada.

**Palavras-chave:** Turismo. Emprego. Medidas de Especialização.

<sup>1</sup>Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPECO-UFRN). Natal. Rio Grande do Norte. Brasil. E-mail: [robson22ivan@gmail.com](mailto:robson22ivan@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7832-3211>.

<sup>2</sup>Doutora em Economia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPECO-UFRN), Natal. Rio Grande do Norte. Brasil. E-mail: [marciabezerra2910@gmail.com](mailto:marciabezerra2910@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9364-7003>.

<sup>3</sup>Doutor em Ciências Sociais. Professor do Departamento de Economia (DEPEC) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal. Rio Grande do Norte. Brasil. E-mail: [marconi.br62@gmail.com](mailto:marconi.br62@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2382-5094>.

<sup>4</sup>Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPECO-UFRN). Natal. Rio Grande do Norte. Brasil. E-mail: [joelsonsantorsdp@hotmail.com](mailto:joelsonsantorsdp@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9689-9505>.

## ABSTRACT

This article had as main objective the expansion of the tourist sector in Rio Grande do Norte, in the state of Rio Grande do Norte and in the Northeast region of Brazil, where is the beach of Pipa. The comparative study of travel by tourists between two municipalities in the period 2001-2016 provides indications on the importance of tourism in determining employment over time. The hypothesis that supports this work is that a tourist activity in Natal experiences relative supply, a goal reached by Pipa in the international and national markets has become a unique tourist product, determining a more intensive growth trajectory of the business related to the sector and promoting the concentration of employment in this locality. The results obtained from the locational quotient (LQ), Hirschman-Herfindahl index (HHI) and the Relative Participation index (PR) may increase the degree of confidence in the hypothesis formulated.

**Keywords:** Tourism. Employment. Specialization Measures.

**Como citar este artigo:** SILVA, Robson Ivan da *et al.* Atividade turística em Natal e Tibau do Sul: análise a partir de medidas de especialização para o período 2001-2016. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 9, p. 731-752, 29 out. 2019.

DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v9i0.2375>

**Artigo recebido em:** 02/10/2019

**Artigo aprovado em:** 28/10/2019

**Artigo publicado em:** 29/10/2019

## 1 INTRODUÇÃO

O turismo pode ser definido como um conjunto de atividades econômicas – transportes, hospedagens, agenciamento de viagens, etc. – capazes de produzir riqueza e emprego para muitas regiões e países (ABLAS, 1992; AZZONI, 1993; LAGE, MILONE, 1998). A partir de tal constatação, nas últimas décadas, governos em circunstâncias diversas têm procurado estimular o desenvolvimento do turismo em seus territórios, motivados pela perspectiva de crescimento da renda e do emprego. Dados da Organização Mundial de Turismo (UNWTO, 2017 *apud* LOPES et al., 2019) apontam que as viagens internacionais registraram crescimento médio de 4% ao ano entre 2009 e 2017, contribuindo, em 2018, com cerca de 10% do PIB mundial, segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, 2019).

O Brasil, por sua capacidade de oferta turística diferenciada, tem-se destacado como polo turístico internacional. Estima-se que a atividade turística correspondia à 8% do PIB<sup>5</sup> nacional em 2018, gerando, no referido ano, 7 milhões de empregos (WTTC, 2019). Nesse caso, cabe destacar o papel proeminente do Nordeste brasileiro no cenário turístico nacional, pois a região reúne alguns dos principais destinos turísticos do país, respondendo por cerca de

---

<sup>5</sup>Contribuição total, incluindo a contribuição direta e indireta. A contribuição direta corresponde a 3,2% (WTTC, 2019).

23% do total de estabelecimentos de hospedagem e por 22% do total de leitos existentes em 2016.

Em se tratando especificamente da região, na década de 2000, a busca de turistas estrangeiros por segunda residência, fenômeno comum às praias europeias, assumiu crescente importância no litoral do Nordeste brasileiro, contribuindo para transformar as paisagens urbanas das áreas contempladas, ao impulsionar também a construção civil. Lançamentos de empreendimentos turísticos e imobiliários que se seguiram a esse movimento foram empreendidos por grandes grupos nacionais e estrangeiros, atraídos para os territórios procurados pelos referidos turistas.

Os estados nordestinos que receberam grande parte desses visitantes estrangeiros já dispunham de infraestrutura turística prévia. No caso do Rio Grande do Norte, sua capital, Natal, havia montado um razoável parque hoteleiro nos anos noventa, permitindo-lhe sustentar a crescente demanda por turismo em seu território. Esses turistas foram atraídos pelos contínuos investimentos em publicidade para difundir o produto característico da cidade, sol e mar, em meio às imagens de paisagens incomuns em que despontavam as largas extensões de suas dunas (DEMAJOROVIC *et al.*, 2010).

Assim, quando a partir de 2004, parte dos turistas europeus reorientou sua demanda por destinos turísticos localizados no litoral brasileiro, após o tsunami ocorrido na Indonésia, uma parcela deles incorporou o referido estado em sua rota (BEZERRA *et al.*, 2013; BRITO; BARBOSA; RODRIGUES, 2012). A relativa proximidade do Rio Grande do Norte do Continente Europeu, aliado aos baixos preços dos ativos domésticos quando cotados em euro, favoreceu a aquisição dos ativos imobiliários no estado. A motivação da compra ancorou-se também no desejo desses proprietários auferirem rendas derivadas dos aluguéis desses imóveis para outros turistas, dada a expectativa de crescente procura pelos mesmos (BEZERRA *et al.*, 2013).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou nos censos de 2000 e 2010 dados sobre o fenômeno da segunda residência no país. Entre 2004 e 2009, período marcado pelo crescimento significativo da entrada de turistas estrangeiros no Rio Grande do Norte, o litoral do estado foi uma das áreas que mais atraiu investimentos em residências desse tipo (DANTAS *et al.*, 2010; DEMAJOROVIC *et al.*, 2010; NUNES, 2014). Nos citados anos firmou-se uma conexão mais forte entre o setor turístico e o imobiliário no estado, com a atração de capital externo destinado à aplicação de recursos tanto na expansão da rede hoteleira e de construção de pousadas, quanto no lançamento de novos empreendimentos imobiliários voltados também para os interessados na aquisição de sua segunda residência. Este processo revela a operação de um intenso mecanismo de retroalimentação entre os dois citados setores, com a expansão de um impulsionando o crescimento do outro.

Em se tratando especificamente da segunda residência, qualquer que seja o recorte territorial que se considere - Nordeste brasileiro, estado do Rio Grande do Norte, ou os Municípios de Natal e Tibau do Sul, onde se localiza a praia de Pipa -, este fenômeno pode ser observado, também, à luz das estratégias de ampliação de mercados dos grandes grupos, estrangeiros e nacionais, ligados ao setor imobiliário e da construção civil. (BEZERRA *et al.*, 2013; DEMAJOROVIC *et al.*, 2010).

A crise de 2007-2008 foi responsável pela retração/colapso das estruturas de aplicações de portfólio que sustentaram o ciclo de crescimento dos setores turístico e imobiliário em várias cidades espanholas, levando à paralisação de muitos planos de investimentos estrangeiros dirigidos à segunda residência no Nordeste brasileiro e no estado do Rio Grande do Norte (GUEDES *et al.*, 2016). Contudo, políticas contra cíclicas de expansão do crédito adotadas pelo Governo do Presidente Lula, com o propósito de evitar que a crise internacional contaminasse a economia brasileira, impediu uma queda significativa dessas atividades no país, o que em parte foi possível pelos amplos programas de investimentos associados à organização da Copa do Mundo de 2014, que teve em Natal uma das cidades-sede. Mas, os dois anos subsequentes a este grande evento foram marcados pelo declínio da economia brasileira, com aumento das taxas de juros e retração do financiamento habitacional.

No Rio Grande do Norte também podem ser identificadas conexões entre os setores turístico e imobiliário já no final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, por meio da construção de infraestrutura turística, como a criação da Via Costeira, ampliação do antigo aeroporto Augusto Severo, da nova Rodoviária, bem como estradas e avenidas para melhorar o acesso ao litoral do estado, que acionaram fortemente a construção civil e pesada (FURTADO, 2005). Mas, em que pese o reconhecimento da existência de vínculos fortes entre os dois setores, que possivelmente contribuíram para impulsionar suas respectivas taxas de crescimento ao longo dos anos, este artigo tem o propósito de explorar especificamente as trajetórias de expansão do setor turístico no estado, considerando seus dois destinos mais importantes<sup>6</sup>, quais sejam, sua capital, Natal, e Tibau do Sul, onde está localizada a praia de Pipa.

Embora Natal tenha aumentado significativamente suas exportações turísticas ao longo dos anos 1990 e 2000, a procedência de seus visitantes continuou a ser majoritariamente de origem brasileira<sup>7</sup>. Nos citados períodos, a praia de Pipa, porém, firmou-se como destino turístico com identidade própria, capacitando-se a alcançar razoável inserção internacional e nacional a ponto de atrair diretamente ao Município de Tibau do Sul turistas estrangeiros e nacionais que sequer passaram pela capital do estado.

Desse modo, um estudo comparativo entre a evolução dos negócios turísticos nesses dois Municípios pode oferecer indicações a respeito do aumento ou redução do peso do turismo na determinação do emprego ao longo do tempo nos mesmos. A hipótese que sustenta este trabalho é que enquanto a atividade turística em Natal experimentou perda de importância relativa, a inserção alcançada por Pipa nos mercados internacional e nacional tornou-a um produto turístico singular, determinando uma trajetória de crescimento mais intenso dos negócios ligados ao setor e promovendo a concentração relativa do emprego nesta localidade no período estudado.

---

<sup>6</sup>Segundo dados do último Censo Demográfico, Natal ocupa uma área de aproximadamente 167 km<sup>2</sup> e uma população total de 803.739 habitantes, correspondente à uma densidade demográfica de 4.805 hab/km<sup>2</sup>. Por outro lado, Tibau do Sul possui uma população total de 11.385 e densidade demográfica de 112 hab/km<sup>2</sup>. Apesar das diferenças no que tange à densidade demográfica, Natal e Tibau do Sul constituem-se como os principais destinos turísticos do Rio Grande do Norte.

<sup>7</sup>Para os anos 2000, as informações constam dos Anuários Estatísticos do Turismo. Para os anos 1990, vide o trabalho de Furtado (2005) que menciona a instituição das primeiras políticas de atração de turistas estrangeiros na forma de incentivos às operações de voos charters provenientes da Europa, fornecendo dados para o período 1999-2002, que revelam ter sido de cerca de 9% o percentual médio de turistas estrangeiros no estado. Isto é, a proporção de visitantes era majoritariamente brasileira.

Além desta introdução, esse artigo conta com mais quatro seções. O próximo item abordará as características da expansão da atividade turística em Natal e em Tibau do Sul, localizada no litoral sul do estado do Rio Grande do Norte e distante cerca de 80 quilômetros de sua capital, tomando como pano de fundo as estratégias pensadas para o desenvolvimento do turismo na Região Nordeste nas últimas décadas. Na terceira seção são discutidos os procedimentos metodológicos. Na quarta seção são apresentados os resultados da pesquisa e por fim são tecidas algumas considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção destina-se a abordar aspectos relativos à expansão da atividade turística em Natal e Tibau do Sul, objetos do presente trabalho. Contudo, a conformação deste quadro de análise será precedida de considerações sobre o crescimento desse setor na Região Nordeste, posto que a dinâmica dos investimentos nos referidos Municípios não constituiu fenômeno isolado. Eles certamente, em parte, responderam aos incentivos estruturados a partir de políticas de âmbitos mais gerais, tais como o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), nos anos setenta, o Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR-NE nos anos noventa, além de impulsos emanados de fatores de outras ordens, como a globalização.

### 2.1 O CRESCIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE BRASILEIRO

Paiva (2010) observa que a busca pelo desenvolvimento da atividade turística já constava das primeiras políticas de intervenção pensadas para o Nordeste brasileiro, a partir de meados do século passado, e se consubstanciou no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), na segunda metade da década de 1970. A autora observa que além dessa etapa inicial, o crescimento do turismo na Região experimentou mais duas fases. A segunda delas marcada pela formulação de “planos urbanístico-turísticos” destinados a implementar “planos turísticos em todo o litoral nordestino com a finalidade de implantar equipamentos turísticos e de consumo coletivo, combinados ou não a espaços para uso residencial” (PAIVA, 2010, p. 202).

A referida autora relaciona o que denomina de terceira fase de crescimento do turismo no Nordeste com o “impacto da globalização”, que foi impulsionada pelas características físicas de seu território e de sua cultura, bem como pela presença de redes hoteleiras que já operavam em outros países.

Os planos urbanístico-turísticos foram decisivos para dotar a região de equipamentos turísticos de padrão internacional. Os projetos que se destacaram na região foram “[...] o Linha Verde (Bahia), Cabo Branco (Paraíba), Costa Dourada (Pernambuco e Alagoas) e o Parque das Dunas – Via Costeira (Rio Grande do Norte)” (PAIVA, 2010, p. 203). Todos eles foram desenvolvidos em torno da construção de vias litorâneas e da concessão de incentivos fiscais e financeiros para atrair grandes hotéis. Segundo a autora, os mesmos se distinguiram de outros projetos localizados no litoral brasileiro, mais precisamente no Centro-Sul do país, pela “[...]”

participação do poder público, desde a concepção até os incentivos financeiros aos empreendimentos” (PAIVA, 2010, p. 203).

Nos anos noventa, os governadores nordestinos, sob a coordenação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE, apoiada pela Empresa Brasileira de Turismo, Embratur, estruturaram, em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa de Ação Para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, PRODETUR-NE, cujo foco foi a construção/ampliação da infraestrutura de suporte ao desenvolvimento do turismo na região, concentrando investimentos nas áreas de saneamento básico, transporte, aeroportos e manutenção e recuperação do patrimônio histórico (NUNES, 2014; VIANA, DOMINGUES, DINIZ, 2014). Assim, esse Programa, implantado em 1994, “[...] transforma o litoral nordestino em um extenso ‘canteiro de obras’, como resposta às demandas de um almejado turismo massivo e internacionalizado” (CRUZ, 2005, p. 33).

Viana, Domingues e Diniz (2014) observam que as áreas contempladas receberam um aporte de recursos em torno de US\$ 670 milhões<sup>8</sup>, dos quais US\$ 400 milhões provenientes do BID e US\$ 270 milhões cobertos pelos estados e União, através do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Ademais, os referidos autores apontam que, em virtude do êxito do PRODETUR I, a melhora das variáveis que tipicamente caracterizam o turismo<sup>9</sup> possibilitou a implantação do PRODETUR-NE II, em 2007, cujos investimentos iniciais totalizaram US\$ 400 milhões, desses US\$ 240 financiados pelo BID e US\$ 160 milhões por meio dos estados e União.

No tocante ao Rio Grande do Norte, Lopes e Alves (2015) apontam que a primeira versão do programa foi efetivamente implementada no estado entre os anos de 1996 e 2008, totalizando investimentos na ordem de US\$ 38 milhões direcionados para obras de infraestrutura urbana de apoio ao turismo. Isto é, as ações foram direcionadas para o saneamento, recuperação ambiental, sistema viário, reforma e ampliação do aeroporto e para desenvolvimento institucional da atividade no estado. Ademais, de todas as ações previstas no PRODETUR, somente as de recuperação do patrimônio histórico não foram contempladas no âmbito do estado (LOPES; ALVES, 2015).

Em meados da década de 2000, parte do litoral do Nordeste brasileiro observou um fenômeno distinto da exploração turística tradicional nesta Região: o desenvolvimento da combinação de negócios turísticos e imobiliários baseado em investimentos estrangeiros, notadamente de empresas e indivíduos europeus. Demajorovic *et al.* (2010) registram as recomendações de especialistas e empresas de consultorias, que sugeriram ser o Nordeste brasileiro uma região promissora em termos dessas inversões de capital:

No setor turístico e imobiliário, Canteras (2007) mostra que a empresa de consultoria HVS publica em 2005 e 2007, informes defendendo as oportunidades de investimentos em complexos turísticos residenciais, enfatizando a região Nordeste do Brasil. Ainda que a HVS faça também referência aos riscos ligados a estes investimentos (desconhecimento do mercado, carência de financiamento, problemas de planejamento) suas conclusões otimistas transmitem confiança ao mercado. O diagnóstico positivo se propaga pelas grandes feiras imobiliárias da Europa, tais como o Salão Imobiliário de Lisboa, Barcelona Meeting Point, Madrid FITUR, entre outros (DEMAJOROVIC *et al.*, 2010, p. 9).

<sup>8</sup>Valores destinados à primeira fase do Programa, conhecida como PRODETUR-NE I.

<sup>9</sup>Variáveis, tais como, número de desembarque de turistas, expansão da capacidade hoteleira, dentre outras.

Há, portanto, um aspecto interessante desse desenvolvimento conjunto do turismo e setor imobiliário que despontou no Nordeste brasileiro: a participação dos europeus no início desse processo não deve ser vista apenas pelo lado da demanda, mas também pelo lado da oferta. O Nordeste brasileiro, assim como o Rio Grande do Norte, constituiu-se em meados da década de 2000 em espaço promissor para ganhos especulativos associados à produção imobiliária de segunda residência para turistas desejosos de convertê-las também em dinheiro o “mais rapidamente possível”, fosse mediante rendas de aluguel ou ganhos de capital. Muitas empresas construtoras espanholas, portuguesas, italianas, dentre outras, buscaram diversificar seu espaço de operação incluindo essa parte do território brasileiro, assim como o Norte da África e Caribe (DEMAJOROVIC *et al.*, 2010).

Contudo, após 2008, quando a bolha imobiliária estourou nos Estados Unidos e seus efeitos deprimentes contaminaram os principais países europeus emissores de turistas para o Rio Grande do Norte, o peso do turismo internacional como fonte de demanda para aquisição de terrenos e imóveis no estado praticamente desapareceu (BEZERRA *et al.*, 2013).

## 2.2 A EXPANSÃO DO TURISMO EM NATAL

Furtado (2005) ao abordar o desenvolvimento do turismo em Natal ressalta várias obras para a dotação de infraestrutura urbana ao longo dos anos oitenta que serviram também ao fomento dessa atividade. Contudo, em termos de montagem da infraestrutura turística na cidade destaca-se a construção da Via Costeira, uma rodovia litorânea com extensão de 8,5 km, que promoveu a interligação de suas praias urbanas, incluindo a praia de Ponta Negra, a mais conhecida da cidade. Ao longo da mesma foram edificadas hotéis de grande porte, capazes de inserir a cidade nos circuitos das grandes operadoras nacionais de turismo.

As condições ambientais de Natal, assim como do Nordeste de modo geral, eram favoráveis ao desenvolvimento do produto turístico sol e mar; sol na maioria dos dias do ano, em meio ao clima tropical, com amplas faixas de praias de areias brancas e águas quentes. As Dunas e os passeios exóticos na mesma se transformaram numa verdadeira marca de Natal, constituindo em uma atração que destacou esta cidade como novo polo do turismo no Nordeste (FURTADO, 2005; BRITO; BARBOSA; RODRIGUES, 2012).

Brito, Barbosa e Rodrigues (2012) assinalam que no início dos anos 2000, a capital potiguar dispunha de uma infraestrutura hoteleira e de serviços relacionados aos negócios turísticos que lhe permitiram não apenas transformar-se em um destino turístico nacional, como também dar os primeiros passos no sentido de captar turistas estrangeiros. Seu principal cartão postal, o Morro do Careca, localizado na Praia de Ponta Negra, constituía-se no grande ponto de atração em meio a uma praia urbanizada, que contava com restaurantes, bares e outros serviços capazes de concentrar nesse bairro, e na Via Costeira a ele interligado, um contingente significativo de pessoas procedentes de outras regiões do país, bem como um número crescente de turistas estrangeiros.

Os dados da Prefeitura Municipal de Natal (PMN) (2002) sobre os voos confirmam o avanço dos negócios turísticos ao permitir a comparação das médias anuais de voos regulares e fretados entre 1999/2002. Enquanto a média anual de voos regulares foi de 7.297 a de voos

charter situou-se em 2.322. Os voos fretados, representando cerca de 30% dos voos regulares no período, eram organizados por operadoras de turismo, que vendiam seus pacotes incluindo serviços de transporte e de hospedagem para destinos turísticos de massa.

O crescimento significativo do turismo desencadeou o processo de valorização dos imóveis em Natal, começando por Ponta Negra no início dos anos 2000, local preferido pelos turistas. Essa atração que o bairro exercia sobre os visitantes, sobretudo, nos estrangeiros, estimulou lançamentos imobiliários voltados para a segunda residência, que eram demandados pelos mesmos também com o propósito de aplicação, já que poderiam ser alugados nos períodos em que não fossem ocupados por seus proprietários.

Bezerra *et al.* (2013) ao tratar desse período consideram que o crescimento do turismo internacional foi o canal de transmissão à cidade das bolhas imobiliárias experimentadas pelos Estados Unidos e demais países, inclusive europeus. O extraordinário crescimento dos preços desses ativos gerava expectativas de continuidade ascendente de seus valores, permitindo combinar simultaneamente elevada liquidez e altas taxas de retorno esperada, o que certamente contribuiu para a atração de mais turistas estrangeiros à cidade. Segundo dados do Ministério do Turismo (MTUR) (2015), entre 2003 e 2007, o crescimento do número de turistas estrangeiros na cidade foi de cerca de 141%. No referido período, cerca de 30% da demanda de novos imóveis na cidade eram provenientes de estrangeiros (BEZERRA *et al.*, 2013).

No ano de 2008, conforme pode ser observado na Tabela 1, o Rio Grande do Norte sofreu uma queda abrupta de turistas estrangeiros, iniciando uma trajetória descendente até 2016. Natal viu diminuir sensivelmente a compra de imóveis por estrangeiros. Mesmo em 2014, ano da Copa do Mundo, cidade que era uma das cidades-sede recebeu menos turistas estrangeiros que em 2003, com a demanda de ativos imobiliários pelos mesmos tornando-se insignificante. Nesse caso, o número de turistas estrangeiros que visitou a cidade de Natal em 2014 foi 38.014, contra 44.994 em 2003 (MTUR, 2015).

Tabela 1 – Turistas estrangeiros que desembarcaram no Rio Grande do Norte no período 2003-2016

ANOS	NÚMERO TURISTAS
2003	44.994
2004	87.801
2005	111.800
2006	117.888
2007	108.474
2008	70.641
2009	54.211
2010	46.578
2011	44.235
2012	40.488
2013	35.888
2014	38.014
2015	28.580
2016	29.355

Fonte: Ministério do Turismo (2015). Elaboração própria.

### 2.3 AS ESPECIFICIDADES DE TIBAU DO SUL E O TURISMO: A PRAIA DE PIPA

Assim como Natal, nas últimas décadas um novo destino turístico se firmou no estado do Rio Grande do Norte, constituído pelas praias pertencentes ao Município de Tibau do Sul, sendo a mais famosa delas a Praia de Pipa (BRITO; BARBOSA; RODRIGUES, 2012; LOPES; ALVES, 2015). A exploração dessa praia começou com a divulgação espontânea entre surfistas, embora a mesma já fosse conhecida como ponto de parada de visitantes e de comunidades *hippies* nos anos setenta. Em meados da década de 1990, ela começa a chamar a atenção também de turistas estrangeiros, pois conforme observam Brito, Barbosa e Rodrigues (2012) os portugueses passaram a visitar Pipa em larga escala quando uma equipe de um programa de uma TV de Portugal lá ficou instalada por quinze dias produzindo uma série de reportagens. Com toda essa divulgação, Pipa foi se constituindo na praia mais famosa do estado, visitada tanto por turistas estrangeiros quanto brasileiros, incluindo os de estados nordestinos próximos.

O crescente interesse por Pipa ao longo desse tempo resultou no aumento da oferta de meios de hospedagens em Tibau do Sul, inicialmente constituída por pequenas pousadas, com estabelecimentos maiores tendo se firmado posteriormente. Além de suas praias, o destino Pipa caracterizava-se também pela paisagem preservada de Mata Atlântica, tornando-se uma “marca” de conhecimento nacional e mesmo de relativo conhecimento internacional, completamente independente do destino turístico cidade de Natal. Segundo a Secretaria de Turismo do Município (SECTURTS) (2012), a cidade recebe em média mais de 500 mil turistas por ano, o que corresponde a cerca de 20% das pessoas que costumam visitar o estado, procedentes das mais diversas nacionalidades. Nos últimos anos, entre turistas estrangeiros tem crescido a participação relativa dos argentinos em detrimento dos europeus. Embora em menor número, Pipa (Tibau do Sul) ainda atrai visitantes portugueses, noruegueses, suecos, franceses e italianos. Dentre os turistas nacionais, destacam-se os paulistas e pernambucanos.

O centro de Tibau do Sul também foi impactado pelo crescimento do turismo de Pipa, constituindo-se, inclusive, em uma alternativa para turistas que optam por maior tranquilidade, pois ainda possui praias quase desertas e poucas festas durante o ano. Nos últimos anos, os empreendimentos de alto padrão passaram a fazer parte de sua estrutura urbana.

Desse modo, Tibau do Sul, notadamente, Pipa, se tornaram uma fonte de forte atração de empreendimentos imobiliários, por ocasião da valorização de faixas litorâneas pertencentes a outros municípios do estado do Rio Grande do Norte, observada na segunda metade da década de 2000. Amplas faixas de terra foram adquiridas para inversões de grandes empreendimentos imobiliários, direcionados aos turistas/proprietários estrangeiros, que pretendiam reproduzir projetos implantados na costa da Espanha, notadamente, na região mediterrânea. Esses planos de investimentos miravam os negócios de construção e venda de segunda residência para turistas estrangeiros (DEMAJOROVIC *et al.*, 2010).

Em meados dos anos 2000, os autores acima citados observam mudanças significativas nos negócios turísticos imobiliários, com a abertura de oito novos condomínios que registram

[...] um total de 246 casas e apartamentos de padrão europeu. Financiados principalmente por investidores internacionais portugueses, oferecem casas prontas em um espaço dotado de serviços comuns (piscina e bar-restaurante) e individuais (possibilidades de alugar, serviços de limpeza). É o início de um novo tipo de indústria

turística em Pipa, situando-se no meio do caminho entre o turismo hoteleiro e de segunda residência. Isto porque o papel da empresa administradora não se limita à manutenção do terreno ocupado, mas também se ocupa da valorização do investimento. Entre 2005 e 2009, cerca de 30 complexos turísticos residências surgem na paisagem de Pipa, alcançando a mesma magnitude da oferta hoteleira tradicional em número de unidades habitacionais (DEMAJOROVIC *et al.*, 2010, p. 11).

Demajorovic *et al.* (2010) observam que a queda no número de visitantes estrangeiros após o estouro da bolha imobiliária americana provocou um declínio substancial do mercado de segunda residência em Pipa. Os autores registram que nos últimos anos da década de 2000, as taxas médias de ocupação anuais dos condomínios se situaram em torno de 15% a 30%, contra a média de 35% a 50%, dos hotéis e pousadas.

Nunes (2014) assinala que essa diminuição do público internacional logrou que os agentes turísticos se adaptassem, criando novos pacotes turísticos com operadoras de turismo massivo e pacotes de compra coletiva (valores abaixo do mercado), diminuindo a quantidade de funcionários, fechando as portas no período de baixa estação (inverno). Ademais, a autora aponta mudanças no perfil do público que visita a região. O *marketing*, atualmente, visa o público doméstico: “os brasileiros, que devido à melhoria da economia e das condições de vida, também passam a ter maior acesso às viagens e aos produtos turísticos” (NUNES, 2014, p. 90-91).

O próximo item abordará a metodologia utilizada para avaliar a questão do emprego nas atividades tradicionalmente associadas aos negócios turísticos, tanto em Natal, quanto em Tibau do Sul, Município ao qual pertence a praia de Pipa, tendo em vista o objetivo deste trabalho.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Embora os negócios turísticos contemplem distintas atividades capazes de gerar empregos formais e informais, este artigo utilizará apenas as informações relativas à evolução do emprego formal no setor turístico nos Municípios de Natal e Tibau do Sul. As mesmas serão extraídas dos dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), notadamente do cadastro da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), referentes aos anos 2001-2016. Nesse caso, estão incluídas no que aqui considera-se como setor turístico as Atividades Características do Turismo (ACTs), conforme a classificação de atividades econômicas CNAE 2.0. Tais atividades podem ser observadas no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Conjunto das atividades econômicas que compõem o setor turístico segundo a classificação CNAE 2.0

<b>SETOR TURÍSTICO</b>
<b>SERVIÇOS DE ALOJAMENTO</b>
Hotéis e similares Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente Atividades imobiliárias de imóveis próprios Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis Gestão e administração da propriedade imobiliária
<b>SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO</b>
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação, bebidas Serviços ambulantes de alimentação
<b>TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS</b>
Transporte metroferroviário de passageiros Trens turísticos, teleféricos e similares
<b>TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS</b>
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional Transporte rodoviário de táxi Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente
<b>TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DE PASSAGEIROS</b>
Transporte marítimo de cabotagem Transporte marítimo de longo curso Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares Transporte por navegação de travessia Transportes aquaviários não especificados anteriormente
<b>TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIROS</b>
Transporte aéreo de passageiros regular Transporte aéreo de passageiros não-regular
<b>ALUGUEL DE EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE</b>
Locação de automóveis sem condutor Locação de meios de transporte, exceto automóveis, sem condutor
<b>ATIVIDADES DE AGÊNCIAS E ORGANIZADORAS DE VIAGENS</b>
Agências de viagens Operadores turísticos Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente
<b>ATIVIDADES CULTURAIS</b>
Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares Criação artística Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares. Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental
<b>ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS</b>
Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos Atividades de exploração de jogos de azar e apostas Gestão de instalações de esportes Atividades de condicionamento físico Atividades esportivas não especificadas anteriormente Parques de diversão e parques temáticos Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego - MTE/Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2006-2016.

Com relação ao tamanho dos estabelecimentos, o critério adotado teve por base a classificação do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE) (2006). De acordo com a metodologia<sup>10</sup> desta instituição, uma empresa no setor de serviços, ao qual o turismo está vinculado, é considerada micro estabelecimento quando emprega até nove funcionários, é classificada como pequena quando tem entre dez e quarenta e nove empregados, de tamanho médio quando possui entre cinquenta e noventa e nove funcionários e, finalmente, é caracterizada como grande estabelecimento quando possui entre cem funcionários ou mais.

Para efeito de comparação do peso das atividades turísticas no emprego total de Natal e Tibau do Sul serão utilizados os indicadores quociente locacional (*QL*), Índice de Hirschman-Herfindahl (*IHH*) e o índice de Participação Relativa (*PR*), adotando como critério o emprego. De acordo com Castro, Kuhn e Pena (2017) essas equações medem a especialidade da cidade numa determinada região e o peso dessa atividade no setor de acordo com a relação à estrutura produtiva do estado.

O *QL* é medido a partir da seguinte equação:

$$QL = \frac{\frac{E_{am}}{E_{tm}}}{\frac{E_{arn}}{E_{trn}}} \quad (1)$$

Onde:

$E_{am}$  = emprego do setor no município;

$E_{tm}$  = emprego total no município;

$E_{arn}$  = emprego do setor no Rio Grande do Norte;

$E_{trn}$  = emprego total no Rio Grande do Norte.

Como o *QL* é considerado um coeficiente muito simples para analisar se uma cidade é especializada ou não em um setor, podendo inclusive sugerir sua condição de especializada em um determinado segmento, quando na verdade o mesmo representa um dos poucos que esse território tem condições de explorar (CASTRO; KUHN; PENA, 2017, p. 6), a utilização do *IHH* vai auxiliar a análise, permitindo tornar as informações mais consistentes.

O *IHH* será medido a partir da seguinte equação<sup>11</sup>:

$$IHH = (E_{am}/E_{arn}) - (E_{tm}/E_{trn}) \quad (2)$$

<sup>10</sup> Dado o objetivo do trabalho, analisar as trajetórias de expansão do emprego no setor turístico nos municípios de Natal e Tibau do Sul, optou-se por utilizar a classificação por porte proposta pelo SEBRAE, pois o mesmo adota para critério de classificação dos empreendimentos segundo o porte o número de trabalhadores.

<sup>11</sup> Comumente difundida em estudos de economia regional e concentração de emprego, conforme apontam Haddad (1989), Santana e Santana (2004), Castro, Kuhn e Pena (2017) e Piacenti e Lima (2017).

O terceiro e último indicador proposto refere-se à participação relativa da atividade em relação ao total de atividades no estado. Este índice é definido pela seguinte expressão:

$$PR = (E_{am}/E_{arn}) \quad (3)$$

Deve ser ressaltado que em se tratando especificamente de Natal, para evitar a geração de um viés significativo no valor de seu quociente locacional foram retirados do cálculo o emprego em atividades cuja oferta de serviços seja demandada em escala muito maior pela população local<sup>12</sup> que pelos turistas. Caso dos setores de setores de alimentação, bem como de algumas atividades recreativas, tais como: produção e distribuição de filmes e fitas de vídeos, projeção de filmes e de vídeos, atividades de rádio e de televisão. E ainda para o cálculo do quociente locacional foram desconsiderados os empregos em algumas atividades culturais na cidade, artes cênicas, espetáculos e atividades complementares, criação artística, gestão de espaço para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas.

## 4 RESULTADOS

### 4.1 EMPREGO FORMAL NO SETOR TURÍSTICO EM NATAL E TIBAU DO SUL

Os dados sobre o emprego formal no setor turístico em Natal permitem classificá-los em três fases, tomando-se como critério seu ritmo de crescimento: a primeira, entre 2001-2006, em que se verifica um aumento sistemático de 43% no número de pessoas empregadas, passando de 6.098 para 8.724 trabalhadores. Após um pequeno declínio, de cerca de 2% em 2007, tem início uma nova fase até 2010, em que se observa um crescimento no emprego do setor de 18%. A terceira fase, entre 2011-2016 apresenta um comportamento bem mais irregular, embora com tendência de queda, entre os dois últimos anos citados, o emprego cai 8%.

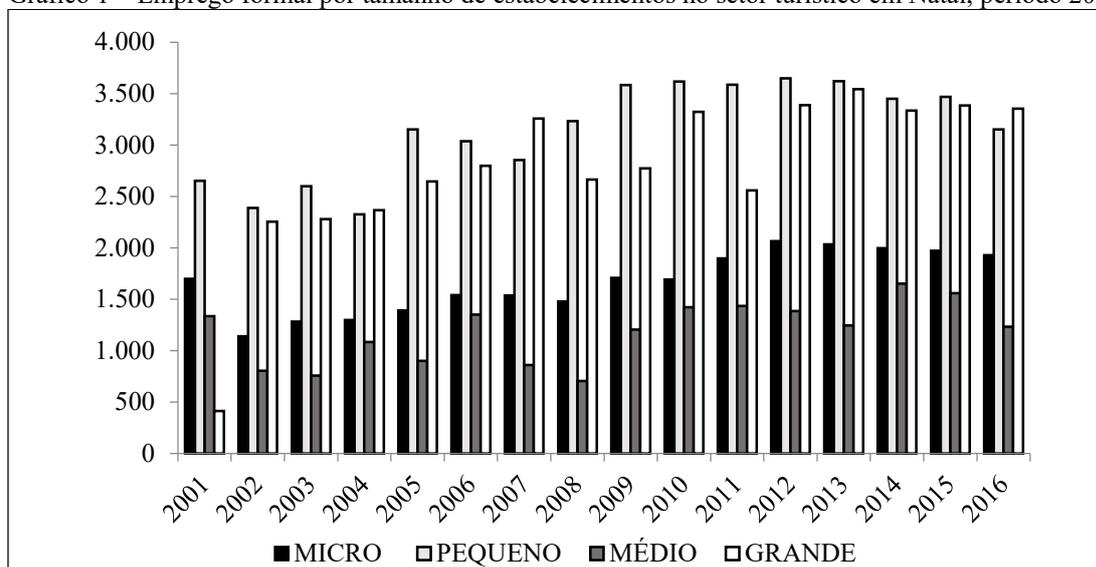
A evolução do indicador de emprego por tamanho de estabelecimento turístico em Natal mostra que as microempresas predominavam em Natal, com participação média de 78% no período estudado, enquanto as pequenas empresas posicionavam-se em segundo lugar, com cerca de 18%, o que conjuntamente resultava em uma participação média de 96%. Quando, porém, se considera o montante de emprego observa-se que o total dessas firmas empregava cerca de 55% da mão de obra formalmente empregada, já as médias e grandes empresas, que tinham participação conjunta de apenas 4%, empregavam em torno de 45% da mão de obra com carteira assinada do setor.

---

<sup>12</sup> A partir de dados do último Censo Demográfico, Natal possui uma densidade demográfica de 4.805 hab/km<sup>2</sup>. Em contrapartida, Tibau do Sul apresentava densidade demográfica de 112 hab/km<sup>2</sup>. Dadas as diferenças no que tange à densidade demográfica, optou-se, como precaução à geração de um viés significativo na estimação dos índices, e, conseqüentemente, inconsistência na comparação entre as dinâmicas dos dois municípios, retirar do cálculo do emprego no setor turístico para Natal, atividades cuja oferta de serviços seja demandada em escala muito maior pela população local.

O gráfico 1, mostra a evolução do emprego formal por tamanho de estabelecimento em Natal, no período 2001-2016.

Gráfico 1 – Emprego formal por tamanho de estabelecimentos no setor turístico em Natal, período 2001-2016



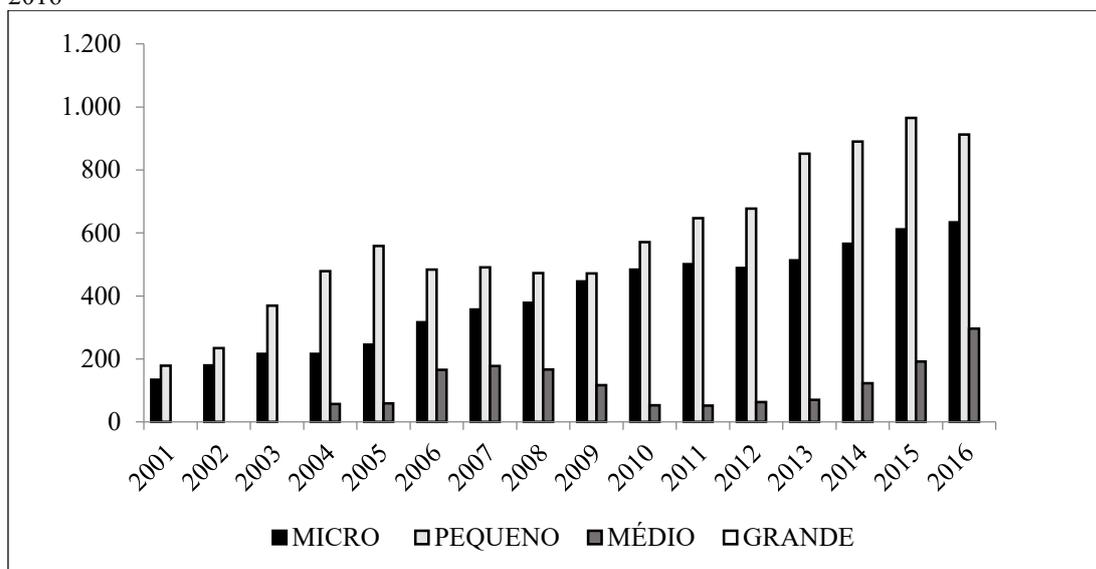
Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego - MTE/Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2001 – 2016. Elaboração própria.

Assim como Natal, os dados da evolução do emprego formal no município de Tibau do Sul permitem sua classificação em fases ou períodos segundo sua trajetória. De forma similar a capital do estado, Tibau apresentou um crescimento sistemático do emprego formal no setor de turismo na primeira metade da década de 2000. Mas, este ciclo de expansão foi mais intenso, implicando um aumento em torno de 228% no número de pessoas formalmente contratadas e durou até 2007. Como resultado, o emprego formal no turismo nesse pequeno município que correspondia a cerca de 5% da quantidade de trabalhadores com carteira assinada em Natal, passou a representar 12% em 2007. Após uma pequena redução no ano seguinte, o emprego no setor em Tibau do Sul voltou a crescer sistematicamente entre 2009 e 2016, em torno de 80%. No último ano analisado, 2016, o emprego formal no setor turístico em Tibau do Sul já correspondia a cerca de 20% do alcançado em Natal.

No que concerne à distribuição do emprego por porte do estabelecimento, os empregos formais no Município de Tibau do Sul foram predominantemente gerados pelos micro e pequenos empreendimentos turísticos, em média, 92% no período considerado, enquanto apenas 8% deles foram pelas empresas de tamanho médio, não existindo um estabelecimento turístico de grande porte gerador de postos de trabalho no período investigado.

O gráfico 2 revela a evolução do número de empregos com carteira assinada no setor turístico de Tibau do Sul, no período considerado.

Gráfico 2 – Emprego formal por tamanho de estabelecimentos no setor turístico em Tibau do Sul, período 2001-2016



Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego - MTE/Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2001 – 2016. Elaboração própria.

#### 4.2 MEDIDAS DE ESPECIALIZAÇÃO: QUOCIENTE LOCACIONAL ( $QL$ ), ÍNDICE DE HIRSCHMAN-HERFINDAHL ( $IHH$ ) E ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO RELATIVA ( $PR$ ) DA ATIVIDADE TURÍSTICA

Conforme exposto na parte referente à metodologia serão elaborados indicadores com o propósito de aferir a evolução da importância do emprego formal no turismo nos Municípios de Natal e Tibau do Sul.

O grau de especialização de Tibau do Sul e de Natal na atividade turística, tomando-se por base o estado do Rio Grande do Norte, pode ser observado por meio do quociente locacional ( $QL$ ). Este indicador se propõe a informar “quantas vezes o setor  $i$  é mais (ou menos) importante, ou especializado, para a região  $j$  vis-à-vis a macrorregião de referência” (ALVES, 2012, p. 40).

Caso o quociente assumira valores superiores a 1, considera-se que o município em questão detém importância no setor analisado, que será tanto maior quanto mais elevado for o valor do quociente. Embora frequentemente se considere que o  $QL > 1$  seja indicador da “especialização na atividade ou setor  $i$  no município  $j$ ”, Santana e Santana (2004, p. 16) observam que “outros estudos mais rigorosos adotaram como critério o  $QL$  igual a dois ou três”.

O Quadro 3 registra o cálculo dos quocientes locacionais para os Municípios de Natal e Tibau do Sul para o período 2001/2016. No caso de Natal, o comportamento do quociente locacional de turismo nos anos 2001-2016, registra sob a aparência de um movimento irregular, a tendência de redução da importância do emprego no turismo em relação ao emprego nesse setor no estado ao longo do período estudado. Apenas nos três primeiros anos da série, de 2001

a 2003 e em 2006, o valor desse indicador é superior a 1, enquanto em todos os demais anos da série ele fica abaixo.

Por outro lado, quando se observa a Tabela 2 o quociente locacional do Município de Tibau do Sul ao longo do período, percebe-se que o mesmo manteve-se sistemática e extraordinariamente elevado, com o menor *QL* da série, ano de 2012, tendo seu valor superior a 10. Este indicador registra um movimento contrário ao ocorrido em Natal, pois revela o aumento da importância do emprego no turismo na cidade, tomando-se por base o emprego neste setor no estado do Rio Grande do Norte.

Tabela 2 – Quociente Locacional para o emprego no setor turístico dos municípios de Natal e Tibau do Sul no período 2001 - 2016

ANOS	NATAL	TIBAU DO SUL
2001	1,0063	13,2576
2002	1,1559	12,4413
2003	1,0081	13,6775
2004	0,9233	12,9072
2005	0,9709	12,8566
2006	1,0577	14,3302
2007	0,9681	13,6156
2008	0,9016	13,2990
2009	0,9896	13,3308
2010	0,9837	13,2948
2011	0,9481	14,3261
2012	0,5935	10,0789
2013	0,9624	14,6457
2014	0,9291	14,5967
2015	0,9763	14,8142
2016	0,8962	16,2937

Fonte: Elaboração própria.

Parece razoável supor que o crescimento do turismo internacional no estado até 2007 resultou no aumento da oferta de empreendimentos imobiliários na forma de segunda residência, mas também contribuiu para ampliar a especialização de Tibau do Sul na atividade turística.

Outro indicador que também pode ser utilizado para avaliar o peso do turismo nos municípios de Natal e Tibau do Sul é o baseado no Índice Hirschman-Herfindahl (*IHH*), pois conforme assinalam Santana e Santana (2004, p. 17) “é possível, também, que alguns municípios apresentem alto *QL* como decorrência da baixa densidade da estrutura empresarial do local, ou seja, [quando] apenas uma empresa responda pela maior parte dos empregos gerados em dada atividade”. Desse modo, com o propósito de minorar esse eventual problema, o *IHH* será utilizado como segundo indicador para averiguar a especialização na atividade turística dos municípios aqui considerados.

Assim, é possível estabelecer uma comparação entre o peso do setor turístico no município com o do aludido setor em todo o estado, considerando o peso da economia do

referido município na economia do Rio Grande do Norte, utilizando como critério o emprego no setor e o emprego total nos respectivos recortes territoriais, Municípios de Natal e Tibau do Sul e estado do Rio Grande do Norte. O valor positivo é um indicador da especialização do município no turismo, revelando sua capacidade de concentrar a atividade turística e atrair novos investimentos no setor.

A Tabela 3 revela o Índice Hirschman-Herfindahl calculado para os Municípios de Natal e Tibau do Sul.

Tabela 3– Índice Hirschman-Herfindahl para o emprego no setor turístico dos municípios de Natal e Tibau do Sul no período 2001 - 2016

ANOS	NATAL	TIBAU DO SUL
2001	0,0034	0,0261
2002	0,0735	0,0315
2003	0,0043	0,0417
2004	-0,0409	0,0483
2005	-0,0154	0,0506
2006	0,0304	0,0575
2007	-0,0170	0,0577
2008	-0,0531	0,0566
2009	-0,0056	0,0549
2010	-0,0087	0,0534
2011	-0,0271	0,0582
2012	-0,2165	0,0334
2013	-0,0192	0,0627
2014	-0,0358	0,0661
2015	-0,0114	0,0744
2016	-0,0531	0,0820

Fonte: Elaboração própria

Em se tratando de Natal é possível ver que este indicador é positivo apenas nos três primeiros anos, de 2001 a 2003, assim como em 2006, tornando-se negativo nos demais anos. Ou seja, ao longo do período considerado observa-se uma tendência de marcada redução no referido índice, indicando um declínio da concentração relativa do setor turístico em Natal comparativamente ao estado do Rio Grande do Norte.

Por outro lado, quando se observa o aludido índice para o Município de Tibau do Sul ocorre o contrário, pois é possível perceber que seu valor é positivo para todos os anos considerados, apresentando ainda uma suave tendência de crescimento ao longo do tempo. Essa trajetória indica que Tibau do Sul aumentou sua capacidade de atração de novos negócios turísticos dado a sua especialização nesta atividade.

Ademais, através do Índice de Participação Relativa (*PR*), é possível verificar a participação relativa da atividade turística nos municípios em relação ao total de atividades no estado. Esse indicador apresenta como leitura uma variação de 0 a 1, e quanto mais próximo de um, mais importância determinada atividade terá em relação ao estado. A Tabela 4 registra os valores encontrados para o *PR* dos Municípios de Natal e Tibau do Sul no período 2001-2016.

Tabela 4 – Índice de Participação Relativa para o emprego no setor turístico dos municípios de Natal e Tibau do Sul no período 2001 - 2016

ANOS	NATAL	TIBAU DO SUL
2001	0,5508	0,0283
2002	0,5448	0,0342
2003	0,5316	0,0449
2004	0,4923	0,0523
2005	0,5133	0,0548
2006	0,5577	0,0618
2007	0,5159	0,0622
2008	0,4862	0,0613
2009	0,5315	0,0594
2010	0,5236	0,0577
2011	0,4942	0,0626
2012	0,3160	0,0370
2013	0,4898	0,0673
2014	0,4684	0,0709
2015	0,4680	0,0798
2016	0,4582	0,0874

Fonte: Elaboração própria.

No tocante a esse aspecto, o Índice de Participação Relativa acompanha a tendência observada nos demais índices, isto é: *i*) ao longo do período considerado observa-se uma redução no referido índice para a capital do estado, indicando declínio da concentração relativa do setor turístico em Natal; e *ii*) para o Município de Tibau do Sul verifica-se o oposto, pois o índice apresenta uma leve tendência de crescimento ao longo do tempo.

Os referidos índices evidenciam que, enquanto em Natal ocorreu uma redução do peso do turismo na determinação do emprego, em Tibau do Sul observou-se o contrário, o setor ao longo do tempo se afirmou, aumentando a especialização deste Município nessa atividade.

Tomando como comparação o trabalho de Lazzeretti e Capone (2009) acerca da influência da especialização produtiva sobre a dinâmica do emprego no setor turístico da Itália, os resultados aqui encontrados se distanciam do observado pelos autores. Seus resultados denotam a existência de um efeito de transbordamento do crescimento do emprego do setor de turismo em um município para os demais.

Todavia, os resultados encontrados para os dois principais destinos turísticos do estado vão de encontro ao observado nos trabalhos de Ribeiro *et al.* (2018) e Lopes *et al.* (2019). Tais trabalhos, objetivaram, a partir de uma perspectiva espacial, verificar os determinantes do crescimento do emprego no setor de turismo, respectivamente, para o Brasil e o Nordeste. Nesse caso, os resultados dos autores sugerem que, para o Brasil e o Nordeste, o crescimento do emprego no setor de turismo nos municípios vizinhos reduz a taxa de crescimento do emprego nos demais. Isto é, observa-se que talvez um “[...] efeito competitivo também faça parte da realidade dos municípios nordestinos” (LOPES *et al.*, 2019, p. 214).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas variáveis sistematizadas neste trabalho é possível observar que grosso modo, do início da década até 2006, verifica-se certa convergência entre os setores turísticos de Natal e Tibau do Sul, marcada pelo crescimento do número de emprego formal em ambos os Municípios. Após esse período acentuam-se diferenças nas trajetórias do setor entre os respectivos Municípios.

No período 2006-2016, o setor turístico em Natal perde capacidade como fonte geradora de emprego formal. Em contrapartida, em Tibau do Sul, o setor turístico é o grande responsável por demanda de trabalho no setor formal. Assim, os valores dos quocientes locacionais ao longo do tempo registraram a crescente especialização de Tibau do Sul no setor turístico, bem como a perda de importância de Natal neste setor. Possivelmente, essa trajetória está relacionada ao fato da Praia de Pipa, em Tibau do Sul, apresentar especificidades que se traduzem na atração de um elevado número de visitantes, inclusive de outros países, estados vizinhos e do próprio estado do Rio Grande do Norte, que justificam, por suas taxas de retorno, a ampliação de atividades relacionadas ao setor turístico em seu território.

Esse aspecto é muito interessante, pois no período analisado Tibau do Sul apresentou o aumento de investimentos tanto na expansão de seu setor de acomodação tradicional, ampliação de hotéis e pousadas, quanto na construção de empreendimentos destinados à segunda residência. Mas, conforme os dados indicam, o aumento do emprego que necessariamente acompanhou esses investimentos correspondeu a apenas um quarto do volume de emprego nos negócios turísticos.

Ademais, conforme salientado na literatura, a queda no ritmo de construção de novos empreendimentos que operavam como segunda residência em Tibau do Sul evitou que a concorrência entre eles e o setor tradicional de acomodações da cidade, nas formas de pousadas e hotéis, gerasse uma redução nas taxas de ocupação desses últimos, a ponto de inviabilizar seus negócios. Por outro lado, a regularidade de turistas abriu a possibilidade de desenvolvimento de novos negócios vinculados às áreas de gastronomia e atividades de entretenimento.

Tibau do Sul ao que tudo indica teve o ritmo de crescimento do emprego vinculado essencialmente ao turismo. Mesmo com a queda sistemática do turismo internacional, a Praia de Pipa, nesse Município, continuou a atrair visitantes procedentes de outros estados e de Natal em escala suficiente para sustentar a expansão de suas atividades turísticas. Portanto, a evolução dos indicadores apresentados aumenta o grau de confiança na hipótese norteadora deste trabalho.

---

**REFERÊNCIAS**

- ABLAS, L. A. Efeitos do turismo no desenvolvimento regional. **Turismo e Análise**, v. 2, n. 1, p. 42-52, 1992.
- ALVES, L. R. Indicadores de localização, especialização e estruturação Regional. *In.*: PIACENTI, C. A.; FERRERA, J. (Org.). **Análise regional: metodologias e indicadores**. Curitiba: Camões, 2012, p. 33-50.
- AZZONI, C. R. Desenvolvimento do turismo ou desenvolvimento turístico: reflexões com base em duas regiões atrasadas de São Paulo. **Turismo e Análise**, v. 3, n. 1, p. 37-53, 1993.
- BEZERRA, M. M. O. *et al.* Formação, sustentação ou implosão de uma bolha imobiliária? A dinâmica de preços no mercado de imóveis de Natal no período 2005-2010. **Economia e Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 67-196, 2013.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (TEM). **Relação anual de informações sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2016.
- BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR). **Anuário estatístico de turismo: 2003/2014**. 2015. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- BRITO, M. L. M.; BARBOSA, J. D.; RODRIGUES, A. F. Sustentabilidade do turismo no Nordeste do Brasil: o diferencial do Rio Grande do Norte. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 17, n. 18, p. 1109-1121, 2012.
- CASTRO, V. C.; KUHN, L.; PENA, H. W. A. Análise do quociente locacional e da dinâmica produtiva do município de Salinópolis - Pará. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, set. 2017. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/2017/quociente-locacional.html>>. Acesso em 30 jul. 2018.
- CRUZ, R. C. A. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 27-43, jan. 2005.
- DANTAS, E. W. C. *et al.* (Org.). **Turismo imobiliário nas metrópoles**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.
- DEMAJOROVIC, J. *et al.* Turismo imobiliário: uma reflexão sobre o impacto da crise financeira de 2008 e perspectivas no Rio Grande do Norte. *In.*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS; 5. 2010. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, SC – Brasil 4 a 7 out. 2010.
- FURTADO, E. M. **A onda do turismo na cidade do sol: a reconfiguração urbana de Natal**. 2005. 302 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

GUEDES, L. *et al.* Bolha imobiliária ou acomodação de preços? O processo de (des)valorização de imóveis residenciais em Natal/RN, entre os anos de 2013 e 2015. *In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA LARES*; 16. 2016. São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2016. Disponível em: <[http://lares.org.br/16a-conferencia-internacional-laresh/artigos/GUEDES\\_BOLHA\\_ARTIGO.pdf](http://lares.org.br/16a-conferencia-internacional-laresh/artigos/GUEDES_BOLHA_ARTIGO.pdf)>. Acesso em: 23 out. 2019.

HADDAD, J. H. (Org.). **Economia regional: teoria e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETIENE, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. 2000. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2000/amostra-migracao-e-deslocamento>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/amostra-nupcialidade-fecundidade-e-migracao>>. Acesso em 30/06/2018.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. Impactos socioeconômicos do turismo. **Revista de Administração**, v. 33, n. 4, p. 30-44, 1998.

LAZZARETTI, L.; CAPONE F. Spatial spillovers and employment dynamics in local tourist systems in Italy (1991–2001). **European Planning Studies**, v. 17, n. 11, p. 1665-1683, 2009.

LOPES, R. M. R.; ALVES, L. S. F. O desenvolvimento do turismo no estado do Rio Grande do Norte a partir da ação pública. **Revista Cultur**, v. 9, n. 3, p. 143-172, 2015.

LOPES, T. H. C. R. *et al.* Determinantes do crescimento do emprego no setor de turismo no Nordeste: 2006-2015. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, v. 9, n. 1, p. 200-218, jun. 2019.

NATAL. PREFEITURA MUNICIPAL (PMN). **Dados do turismo**. 2002. Disponível em: <<https://natal.rn.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

NUNES, M. R. O. **Investimentos internacionais e o turismo em Tibau do Sul/RN**. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Desenvolvimento Regional e Gestão em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

PAIVA, M. G. M. V. Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 2, p. 197-213, 2010.

PIACENTI, C. A.; LIMA, J. F. (Org.). **Métodos de análise regional**. Toledo: Unioeste, 2017.

RIBEIRO, L. C. S. *et al.* Employment dynamics in the Brazilian tourism sector (2006-2015). **Tourism Economics**, v. 24, n. 4, p.418-433, 2018.

SANTANA, A.C.; SANTANA, A.L. Mapeamento e análise de arranjos produtivos locais na Amazônia. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 2, n. 22, p. 9-34, 2004.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA (SEBRAE). **Nota metodológica para definição dos números básicos de MPE**. Brasília, DF, 2006.

TIBAU DO SUL. Secretaria de Turismo (SECTURTS). **Dados do turismo**. 2012. Disponível em: <<https://www.tibaudosul.rn.gov.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

VIANA, F. D F; DOMINGUES, E. P; DINIZ, C. C. Infraestrutura turística no Nordeste: uma análise de projeção de impactos do programa de desenvolvimento do turismo no Nordeste–PRODETUR/NE II. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 45, n. 2, p. 54-69, abril/jun., 2014.

WTTC. **Travel & Tourism Economic Impact 2019 World**. London, 2019. Disponível em: <<https://www.wttc.org/-/media/files/reports/economic-impact-research/regions-2019/world2019.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2019.